
As Mulheres do meu país: um estudo sobre mulheres

As Mulheres do Meu País [The Women of My Country]: a study on women
As Mujeres do Meu País: [Las Mujeres de mi País]: un estudio sobre mujeres

Alcina Fernandes

Universidade de Aveiro - Portugal/Centro de Línguas, Literaturas e Culturas
alcina.fernandes@ua.pt

Maria Manuel Baptista

Universidade de Aveiro - Portugal/Centro de Línguas, Literaturas e Culturas
mbaptista@ua.pt

Resumo

*O livro *As Mulheres do Meu País* foi escrito e publicado em fascículos entre 1948 e 1950 pela jornalista e escritora Maria Lamas. Este livro é um documentário que retrata a condição feminina portuguesa nos meados do século XX, no período da ditadura do Estado Novo, em particular a das mulheres das classes sociais mais baixas, sem preparação ou recursos para superar essa condição no seu quotidiano, nos seus diversos papéis de mulher, mãe, trabalhadora, dona de casa. Os temas de poder, de dominação e a luta contra-hegemónica e resistência emergem do conteúdo do livro e a autora não utiliza o binómio homem/mulher, apresentando, já, precocemente uma perspetiva interseccional de sexo e classe, o que coloca a questão de se estar em presença de uma obra que não só retrata as mulheres como também todo um sistema político. O presente artigo insere-se num estudo que se quer mais aprofundado, e tem por objetivo a análise da obra *As Mulheres do Meu País* a partir dos discursos hegemónicos do Estado Novo em Portugal em contraste com as práticas e discursos contra-hegemónicos que a obra propõe. Para este estudo observámos a abordagem qualitativa ao realizar a pesquisa documental e proceder a uma análise hermenêutica da obra. Neste desiderato tomamos por suporte um mapa de autores e filósofos dos Estudos Culturais, com impacto nas teorias de género.*

Palavras chave: *Maria Lamas; Mulheres; Estado Novo; discurso hegemónico e contra-hegemónico; Estudos de Género.*

Abstract

*The book *As Mulheres do Meu País [The Women of My Country]* was written and published in fascicles between 1948 and 1950 by journalist and writer Maria Lamas. This book is a documentary that portrays the Portuguese feminine condition in the middle of the twentieth century, during the period of the Estado Novo dictatorship, in particular that of women from the lower social classes, with no preparation or resources to overcome this condition in their daily life, in their various roles of woman, mother, worker, housewife. The*

themes of power, domination and counter-hegemonic struggle and resistance emerge from the content of the book and the author does not use the male / female binomial, already presenting an intersectional perspective of sex and class, which poses the question of to be in the presence of a work that not only portrays women but also a whole political system. This article is part of a study that is further explored and aims to analyze the work The Women of My Country from the hegemonic discourses of the Estado Novo in Portugal in contrast to the counter-hegemonic practices and discourses that the work proposes. For this study we observed the qualitative approach when performing the documentary research and proceed to a hermeneutical analysis of the work. In this direction we take for support a group of authors and philosophers of Cultural Studies, with impact on the theories of gender.

Keywords: *Maria Lamas; Women; New state; hegemonic and counter-hegemonic discourse; Gender Studies.*

Resumen

El libro As Mulheres do Meu País [Las Mujeres de Mi País] fue escrito y publicado en fascículos entre 1948 y 1950 por la periodista y escritora Maria Lamas. Este libro es un documental que retrata la condición femenina portuguesa en la mitad del siglo XX, en el período de la dictadura del Estado Novo, en particular las de las clases sociales más bajas, sin preparación ni recursos para superar esta condición en su vida diaria, en sus diversos papeles de mujer, madre, trabajadora, ama de casa. Los temas de poder, de dominación y la lucha contra-hegemónica y resistencia emergen del contenido del libro y la autora no utiliza el binomio hombre / mujer, presentando, ya, precozmente una perseverante interseccional de sexo y clase, lo que plantea la cuestión de si está en presencia de una obra que no sólo retrata a las mujeres, sino también a todo un sistema político. Este artículo es parte de un estudio más profundo que quiere, y tiene como objetivo, analizar la obra Las Mujeres de mi País desde el discurso hegemónico del Estado Novo en Portugal, en contraste con las prácticas y discursos contra-hegemónicos que la obra propone. Para este estudio observamos el abordaje cualitativo al realizar la investigación documental y proceder a un análisis hermenéutico de la obra. En este desiderato tomamos por soporte un mapa de autores y filósofos de los Estudios Culturales, con impacto en las teorías de género.

Palabras clave: *Maria Lamas; las mujeres; Estado Nuevo; el discurso hegemónico y el contra-hegemónico; Estudios de Género.*

Introdução

Na elaboração deste retrato, a autora munuiu-se da observação, da reflexão pessoal e do conhecimento direto: “Fui ao encontro das minhas irmãs portuguesas, procurei conhecer e sentir as suas vidas humildes ou desafogadas, as suas aspirações ou a sua falta de aspirações, sintoma alarmante de ignorância, desinteresse e derrota” (LAMAS, 2002, preâmbulo, s/p). Esta obra nasce da preocupação da autora sobre as condições de vida das mulheres “que não tinham preparação para ultrapassar” (SOUSA, 2002, p.XIII) e o seu “grande sonho de um mundo mais harmonioso e iluminado de fraternal Amor” (LAMAS, 2002, p. manuscrita s/n).

Nele se elege “o retrato cru da condição feminina portuguesa na pri-

meira metade do século XX” (BEAUVOIR, 2002, p. XIX), em particular “das mulheres de classes sociais mais baixas, vítimas de condições que não tinham preparação para ultrapassar” (SOUSA, 2002, p. XIII), em pleno regime político ditatorial – o Estado Novo. “Abrir as consciências para o lugar da mulher na sociedade é um dos objetivos” (MARCOS, 2016, p. 99) que acompanharam a vida e obra de Maria Lamas. E, toda a atividade por si desenvolvida, como jornalista e como cidadã em prol dos direitos e dignidade da mulher, concedeu-lhe os alicerces motivadores deste empreendimento.

Contudo, o fundamento que esteve na origem da elaboração desta obra de grande envergadura pode-se encontrar numa sucessão de factos, a saber:

O fim da II Guerra Mundial foi portador das democracias parlamentares e do denominado Estado Social. A condenação dos totalitarismos generalizou-se. A oposição de Maria Lamas ao regime do Estado Novo levou-a a desenvolver esforços para uma mudança, imprimindo intensidade na sua ação em diversos domínios (ALMEIDA, 2016).

Porém, através da censura, a par de coerções morais e sociais e de leis repressivas, passo a passo, o Estado Novo foi construindo a sociedade que Salazar considerava coerente e regular (ROSAS, 1989), como um “panóptico [que] é uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 167). Luiz Humberto Marcos apropriadamente afirmou: “o regime ofuscava a violência contida no controlo do pensamento social. O sistema estava tão bem montado que a maioria desconhecia os seus malefícios” (MARCOS, 2016, p. 89 e 90). No controlo efetivo do pensamento, através de diversos aparelhos ideológicos (GRAMSCI, 1999), encobria e naturalizava toda a violência, num verdadeiro sistema.

Ora, acontece que o controlo do pensamento, bem como a violência simbólica ou física, constituem uma afirmação do poder através da dominação cultural (GRAMSCI, 1999). São corpos estranhos ao caráter distintivo do ser humano e moldam as próprias identidades e relações sociais. Os processos de naturalização do poder e da violência a partir dos sistemas políticos são questões já longamente estudadas nos Estudos Culturais, que têm como questões nucleares o estudo dos fenómenos de poder, da

dominação cultural, da luta contra-hegemónica e dos processos de resistência que lhe estão associados (cf.,entre outros, HALL, 2016). Os Estudos Culturais procuram responder às exigências que são específicas de cada contexto cultural, servindo-se de uma ampla gama de teorias e campos científicos, que, articuladamente, possibilitam a abertura para uma leitura e compreensão desnaturalizada dos fenómenos de poder hegemónico (GRAMSCI,1999; BENNETT, 1998).

Ao analisarmos a obra de Maria Lamas, encontrámos aí esta mesma vontade de desnaturalização do poder hegemónico que o Estado Novo exercia sobre os corpos e as vidas das mulheres concretas, que a autora procurou conhecer e dar visibilidade, erguendo-se, assim, assim, como uma forma de resistência ao discurso que sobre elas se produziu durante o período salazarista em Portugal.

Bem informada e atenta às questões do seu tempo, viveu da atividade de jornalista e escritora. Pensou, sentiu, viveu os problemas que as mulheres sentiram e viveram naquele tempo, incluindo-se aí a si própria (FIADEIRO, 1993, 2003). Participava dos anseios e lutas das mulheres, pois que “pela própria conceção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e agir” (GRAMSCI, 1999, p. 94).

Com a sua observação e reflexão, o seu pensamento e luta abraçou a causa pelos direitos e dignidade das mulheres “para que a mulher portuguesa ocupe o lugar que lhe compete na sociedade e na vida” (LAMAS, 2002, s/ p.)

Em 1946 assume a Presidência do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, organização legal “que chega a ter duas mil associadas” (FIADEIRO,1993, p.13)

Neste espaço, que era o Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, conviviam mulheres de todas as origens sociais. Aí se valorizavam as atividades tidas como menores, que mesmo com esta classificação se mantinham escondidas de modo sistemático, embora com alguma reserva. Em convívio aberto, sem restrições, as mulheres adquiriam conhecimento e educação, alargando a sua própria visão para além do lar ou da trabalhadora sem capacidades e ‘boçal’. Esta organização de mulheres representava um perigo para o Regime, pois dava voz, dava visibilidade à parte da po-

pulação que se queria anónima, ao impor a aceitação de uma fraqueza que lhes era ditada. Não podia ficar impune. A organização por Maria Lamas da exposição “Livros Escritos por Mulheres”, acompanhada de várias conferências, como forma de tornar visível o trabalho intelectual e literário das mulheres (FIADEIRO, 2003), serviu de pretexto para o encerramento do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Porém, a anteceder o encerramento, o Regime colocou Maria Lamas na opção forçada de escolher entre ser diretora da Revista “Modas e Bordados” (de *O Século*) de cujo trabalho angariava o seu sustento e o ser Presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas. Optou pelas Mulheres, continuando a sua ação no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (LAMAS, 2002). Muito pouco tempo depois, foi imposto o encerramento desta importante organização de mulheres.

Importará referir que o trabalho do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas não correspondia aos interesses do regime do Estado Novo, que tinha constante e fortemente implantado um pensamento próprio sobre as mulheres e os seus lugar e papel na sociedade portuguesa e que em 1936 criou a primeira organização estatal de mulheres, o *Obra das Mães Pela Educação Nacional* (OMEN, com o objectivo de fomentar a ação educativa no seio da família, preparando as futuras mulheres para as obrigações domésticas e sociais (PORTUGAL, 1936)). O pensamento do regime do Estado Novo, fundamentava-se na subalternidade e discriminação da mulher, ao reputar-lhe a vocação natural para o casamento, sem outro espaço que não o do lar, sem outra função que não fosse a de ser boa dona de casa, esposa dedicada, de mãe extremosa e cuidadora, sempre submissa aos desejos do marido (PIMENTEL, 2011). E, através desta organização pôs “a funcionar de modo mais direto e abrangente a propaganda política sobre a mulher e a família (FERREIRA, 2004, p.169)

Dar visibilidade à mulher, tornando-a presente no espaço público dando-lhe o seu valor, reconhecendo-lhes as suas capacidades e poder de realização e permitir a denúncia das suas vidas difíceis e miseráveis, não podia deixar de incomodar o poder salazarista (MARCOS, 2016). Na verdade, o papel que o regime destinava à mulher, olhando-a exclusivamente na sua condição biológica de reprodutora, esposa, mãe e cuidadora, assim, con-

finada unicamente ao espaço privado, no entendimento de ser esse o seu papel na defesa e promoção da família, tida esta como o núcleo da sociedade e fundamento de toda a organização política. O regime salazarista afirmava que as organizações de mulheres criadas oficialmente, eram suficientes para tal desiderato, ao terem como missão a educação e orientação das mulheres (Constituição de 1933; MARCOS, 2016). Qualquer outra organização, que fugisse ao controlo do pensamento do regime, que impedisse por qualquer modo ou meio o papel de género que o Estado Novo esperava e queria de uma mulher, correspondia a um obstáculo a afastar. Por isso, ao pôr em causa a concepção de género professada pelo regime, a organização liderada por Mara Lamas, tinha por destino o encerramento, por subversiva.

Desempregada, em encruzilhada difícil, recusa identificar-se com a derrota e toma a iniciativa, sabendo ou, pelo menos, intuindo que “o determinismo mecânico transforma-se em uma formidável força de resistência moral, de coesão, de perseverança paciente e obstinada” (GRAMSCI, 1999, p. 106): Respondeu à afronta sofrida com o despedimento: que “iria verificar e depois informaria” (SEIXAS, 2002, p. XVII). Tarefa esta bem espinhosa, dado o pensamento sobre as mulheres e o seu papel na sociedade, largamente difundido pelo Estado Novo, tendo Salazar afirmado, em entrevista concedida em 1932, que na mentalidade que norteava o novo regime “a mulher casada, como o homem casado, é uma coluna da família, base indispensável de uma obra de reconstrução moral” (FERRO, 1933, p.130). Contudo, deixava-se “o homem a lutar com a vida no exterior, na rua” e “a mulher a defendê-la, a trazê-la nos seus braços, no interior da casa” (PIMENTEL, 2015, s/p). Na doutrina salazarista o núcleo da sociedade era a família, tida como ‘natural’ e ‘orgânica’ e, conseqüentemente, não era considerado o indivíduo, enquanto tal. É na distinção de funções e espaços que homem e mulher são considerados, numa aparência de igualdade do valor atribuído às funções de cada um (ibidem). Em relação à mulher eram ‘superiormente valorizadas’ as funções de mãe e esposa, derivadas da sua função “natural” – portanto biológica. Na realidade, a posição hierárquica da [mulher] (...) era inferior à do [homem], (...) “chefe de família”, ao qual ela devia obediência, fosse a filha ao pai, ou a esposa ao marido, conforme

mandava o Código Civil (...) em vigor (ibidem, s/p).

Este pensamento, enformado na própria lei, deu igualmente forma à ideologia do Estado Novo relativa à mulher, usando em sua defesa as que se deixaram impregnar pelo pensamento hegemónico do Estado Novo e, dessa forma, iam-se criando “micro-poderes” que replicavam o seu próprio poder - “esta coisa tão enigmática, ao mesmo tempo visível e invisível, presente e oculta, investida em toda a parte, que se chama poder” (FOUCAULT, 1979, p.75).

Ao limitar a mulher nos seus direitos e na ação pública ou privada, o pensamento e ideologia do regime tinha subjacente a conceção de que o destino da mulher era exclusivamente o do casamento e o de cuidadora da família. Ela era tida como ser inferior ao homem, pois a este pertencia o que era público, geral e coletivo, e àquela apenas o governo da casa (BEAUVOIR, 1967). Sempre obediente ao homem, a quem se uniu pelo casamento, sendo a sua missão a de mera reprodutora e servir, mesmo que com sacrifício, tal como a doutrina do Estado Novo prescrevia. E, assim, o regime adquiria “uma nova dimensão de validade tornando-se aplicável também ao arsenal de violência” (ARENDDT, 2004, p. 9), atirando para “lata do lixo da história [que] é o mais antigo artifício” (ARENDDT, 2004, p.7) de neutralização dos sujeitos. Por seu turno Teresa Pizarro Beleza afirma que “a ‘Mulher no Estado Novo’ não existe: existiam mulheres de muito diferente condição social, cultural e até sexual” (BELEZA, 2013, p.1), muito diferentes entre si, mas irmanadas nas limitações impostas, pelas leis, pelos hábitos, pelo pensamento hegemónico e ideologia do regime.

A mulher do Estado Novo é “artifício [que], sem dúvida, ajuda a esclarecer a teoria, mas [só] ao custo de removê-la para mais longe da realidade” (ARENDDT, 2004, p. 7). Na verdade, como refere Baptista (2004),

o estereótipo social (como caso particular das representações sociais) permite organizar de forma significativa o real, influencia os processos de comunicação, predispõe para a ação e assume um papel relevante em fenómenos de diferenciação social (os quais por sua vez nos remetem para processos de categorização social e de construção da identidade (s/d, s/p).

A mulher tem sobre si mesma um enorme peso da história, pois socialmente, ao longo de muitos séculos, foi considerada como um ser inferior,

um objeto e propriedade do homem, cuja função era, em primeira linha a de procriar e satisfazer as vontades e desejos do homem, devendo-lhe obediência e a ele inteiramente submissa. Trata-se de uma realidade que, apesar das mudanças dos tempos se mantém construída ou reconstruída (BEAUVOIR, 1967; BOURDIEU, 1999; IRIGARAY, 1993). Maria Lamas, no seu livro *A Mulher no Mundo* (1952), obra importante para a compreensão da História das Mulheres se refere e analisa a condição feminina, sublinhando que, através dos séculos o papel da mulher vai adquirindo novas vestes, porém nunca numa posição autónoma e independente. Os seus trabalhos e toda a sua actividade, por úteis, necessários e valiosos socialmente, não eram visíveis e reconhecidos como trabalho de valor económico. Desempenhando tarefas nunca remuneradas, a dependência da mulher era, desde logo, económica em relação ao homem que, ao ocupar o espaço público, auferia o rendimento ao sustento familiar.

As duas Guerras Mundiais do século XX obrigaram à intervenção e trabalho da mulher fora da esfera privada, desempenhando papéis relevantes quer no âmbito dos próprios conflitos, como também na organização produtiva e na produção, na assistência na dor e sofrimento. No dizer de Mady Segal (1995) as mulheres desempenharam todas as funções de guerra, apenas com exceção do “combate direto”. A presença da mulher no espaço público, o seu contributo útil e ativo na sociedade, ao serviço da humanidade, conduziram a uma consciencialização das capacidades e potencialidades da mulher, dando-se em parte a desconstrução cultural da sua representação social. Em consequência, a seu favor, foram modificadas as leis. Muitos Estados viram-se obrigados a alterar a legislação (BEAUVOIR, 2001).

Contudo, a situação das mulheres mantém-se inalterada no que respeita à situação construída em valores de dominação do homem sobre a mulher. Delphy (2001) refere que o sexo é simplesmente uma marca da divisão social, serve para se reconhecer e identificar os dominantes e dominados, é um “signo” (p. 252). Ao utilizar-se a natureza como justificação da diferença sexual, edifica-se uma verdadeira ‘censura’ sobre a mulher, ao encobrir a dominação que a opõe ao homem. É que a categoria hierárquica do homem como ser mais capaz e poderoso não é mais do que uma cons-

trução cultural, por criar divisões no plano material e económico geradoras de oposições e conflitos (IRIGARAY, 1993).

Na verdade, antes do conflito (a revolta, a luta) não existem categorias de oposição a não ser unicamente categorias de diferença. É só quando a luta se instala, que se manifesta a violenta realidade das oposições e o carácter político das diferenças (WITTIG, 1992, p. 23). Ora, o pensamento hegemónico da naturalização dos papéis da mulher na sociedade, da sua submissão hierárquica ao homem, é difundido pelo próprio homem e pelas instituições sociais que criou, mas, através dos tempos, foi também interiorizado pela própria mulher, que o assume e o transmite aos seus filhos (BOURDIEU, 1999; HOOKS, 2015). Os homens sabem bem que dominam as mulheres, sendo, até, educados nesse sentido. Ao deterem o domínio económico, possuem o poder dominante do pensamento e da ação. Como classe ou categoria dominante dita as regras da dominação (IRIGARAY, 1993; BOURDIEU, 1999).

É, deste modo, que o trabalho das mulheres é desvalorizado, bem como a própria função da maternidade que chega a excluí-la do mundo do trabalho, generalizando-se a indiferença perante a violência sobre as mulheres. O pensamento hegemónico encorpa toda a nossa mentalidade, com incidência tanto no espírito, como no corpo, de tal modo que não conseguimos pensar criticamente (GRAMSCI, 1999). Como nota Monique Wittig (1992), “por esta razão devemos destruí-la e começar a pensar para além dela se queremos começar a pensar realmente, do mesmo modo que devemos destruir os sexos como realidades sociológicas se queremos começar a existir” (p.28).

Ao articularmos o pensamento de Simone de Beauvoir em *O Segundo Sexo* e o de Maria Lamas em *A Mulher no Mundo*, constatamos que a mais significativa causa das desigualdades entre homem e mulher, reside na particularidade da estrutura e organização societárias estarem erigidas sob a ótica do pensamento, interesses, desejos e realização do homem, que coloca tudo e todos, em subordinação e inferioridade. Nesta lógica, a mulher, enquanto ser humano, é violenta e subtilmente atingida porquanto, o homem não lhe nega essa qualidade, mas em razão da maternidade naturalizou a sua posição social, atribuindo-lhe funções específicas afastadas

das decisões que traçam os destinos das sociedades e da humanidade, utilizando-a como sua extensão.

Apesar da sua invisibilidade e desvalorização, nem toda a mulher se satisfaz no aconchego material, nas particularidades do casamento e maternidade, à margem da sua própria identidade (IRIGARAY, 1985).

Maria Lamas, no livro *As Mulheres do Meu País* transmite-nos que mesmo na ignorância e resignação com que enfrentavam a desventura da vida, as mulheres que conheceu eram possuidoras de forte resistência e determinação, o que o regime ditatorial então vigente bem sabia. Deixá-las exprimir na sua linguagem e identidade de mulheres, no coletivo ou com incidência nele, era caminho aberto para a destruição da hegemonia masculina e, por conseguinte, do próprio poder político vigente, pois, como sublinha Monique Wittig (1992).

quando alguém se converte num falante, quando diz “eu”, ao fazê-lo reapropria-se da linguagem na sua totalidade, que atua a partir de cada um, com o tremendo poder de a usar, e é aí, ... que se produz a emergência da subjetividade na consciência. Quando começamos a falar, convertemo-nos num “eu”. Apesar da dura lei do género e da sua pressão sobre as mulheres, nenhuma mulher pode dizer “eu” sem ser para si própria um sujeito total, isto é, sem género, universal, global (p. 107).

Também é sabido que o pensamento que se funda no ascendente da diferença natural dos sexos, constitui um pensamento de dominação social exercida pelo homem, que impõe à mulher a exclusiva função de reprodução, que não é mais do que a apropriação pelo sistema económico do trabalho das mulheres não só com a gravidez e parto, como igualmente na educação e cuidados com os filhos e o serviço doméstico (BOURDIEU, 1999; BEAUVOIR, 1967; IRIGARAY, 1993).

No entanto, muitas mulheres não têm a consciência de serem dominadas pelos homens e sempre que admitem tal hipótese ficam incrédulas e, mesmo, quando a realidade se lhes impõe nua e crua recusam-se a admitir essa dominação (BEAUVOIR, 1967). Então, a mulher acolhe em resignação, conforma-se. Porém, “quanto mais docilmente ela se conforma com esse ideal que lhe é imposto, quanto menos ela desenvolve as suas possibilidades pessoais, menos ela encontra recursos em si mesma” (BEAUVOIR, 2001, p.116). Ao remeter-se a uma atitude de aceitação do que lhes é oferecido “o

seu esforço consiste apenas em procurar o seu próprio lugar neste mundo” (BEAUVOIR, 2001, p.116). Com efeito, a experiência mostra-lhe que “aos olhos dos homens o seu sucesso não constitui um trunfo e, pelo contrário, ela corre o risco de os alienar”. (BEAUVOIR, 2001, p. 117).

Só que a felicidade é a utopia a perseguir continuamente, mesmo que de modo inconsciente. Com avanços e recuos, desde que “não se abstrai[a] em cenas já jogadas, em frases já ouvidas e repetidas, em gestos já conhecidos. Em corpos já codificados. Tenta[r] estar atenta em si mesma. Para si. Sem se deixar distrair com a norma e o hábito” (IRIGARAY, 1976, p.23), a mulher alcançará a afirmação da sua própria identidade. O que pode vir a conseguir, ao deixarem de falar a linguagem dos homens (em sentido amplo – na fala propriamente dita, nos gestos, nas posturas e respostas). Falando a sua própria linguagem as mulheres não se perdem e abatem na subalternização a que estão por agora sujeitas. Ficam libertas para o amor, pois que “o amor cura. Nossa recuperação está no ato e na arte de amar. (...) Expressamos amor através da união do sentimento e da ação” (HOOKS, 2000, p.535). É que, quando se ama, nada é esperado em devolução. Um nada deve ao outro, nem um é o mimo do outro. O desejo de amor, da mulher, é que numa relação amorosa em que esteja envolvida um nunca exclua o outro, de modo que a sua essência não se liquidifique e escoe. É um amor, aqui e agora, sem imposições culturalmente criadas. Como refere Luce Irigaray (1976), “nenhuma família. Nenhum personagem, papel ou função – das suas leis reprodutivas (...) é bem o suficiente para nos sentirmos vivos” (p. 24).

Este desafio impõe-se pela existência do corpo e espírito da mulher, sem manipulações. O gesto político e cultural que constitui o livro de Maria Lamas *As Mulheres do Meu País* poder-se-á considerar como uma diretriz indispensável para que a mulher conquiste a sua independência, num processo em movimento, “(...) de modo que a sua associação com o homem [seja] de uma igualdade perfeita” (BEAUVOIR, 2001, p.117), em que a relação que se encontrem não signifique a anulação ou destruição do outro, antes seja uma relação de poder cooperativo. Para tal, é a resistência do homem “o maior obstáculo que a mulher tem de superar no mundo e no seu próprio coração” (BEAUVOIR, 2001, p.117).

Embora pareça insana, é uma hipótese de luta, por sair dos cânones sociais hegemónicos. É uma possibilidade a não desprezar, antes a falar, “fala[r] de qualquer maneira (Irigaray, 1976,p.25). Muito assertivamente, Hélène Cixous (1967) afirma:

Culturalmente, as mulheres já choraram muito, mas uma vez que as lágrimas sequeem, no lugar delas o que encontraremos em abundância é o riso. É o brilho, é a alegria, é um certo humor que nunca se espera encontrar nas mulheres, e é certamente a sua força, porque é o humor que vê o homem muito mais longe do que ele já viu (p. 15).

No livro, como a autora retrata as mulheres

No contexto descrito, ao lermos *As Mulheres do Meu País*, não podemos deixar de pensar Maria Lamas a partir da sua própria excecionalidade: notável pensadora da condição das mulheres, pela observação, pelo conhecimento da realidade, pelo estudo, inclusive, de si própria; sem se afirmar feminista, mas declarando-se sempre lutadora; impulsionada pelos seus inquietantes pensamentos sobre a condição feminina; com a visão feminina da vida e vivendo no propósito da valorização e dignificação da mulher, entendeu o seu despedimento – gesto de extrema violência por parte do regime político do Estado Novo - como um repto e oportunidade para a denúncia das difíceis condições em que a mulher portuguesa vivia. Isto, ao mesmo tempo que, lançando mão da realidade, daquela que Salazar ocultava através do ‘manto das Mães’ contribuiria para desacreditar a doutrina emanada do Estado Novo sobre a mulher. Paralelamente, cumpriria o sonho “ir conhecer diretamente a realidade das mulheres do seu país, que algumas instituições governamentais dissimulavam e poetizavam um pouco à maneira de Júlio Dinis” (SOUSA, 2002, p. XIV).

As Mulheres do Meu País, no modo como foi escrito, graficamente apresentado, em estético cruzamento de texto e fotos e na forma de distribuição utilizada (em 24 fascículos, ao longo de 2 anos, entre outras razões, para não passar pelo crivo da censura) não só representa um documento que procura dar visibilidade às mulheres e consciencializa-las da dimensão das suas próprias vidas, como também surge conforme ao elemento de autoridade irrefutável na denúncia da situação em que viviam as mulheres

à época e de como a doutrina salazarista constituía uma verdadeira falácia.

Ressalta das palavras e ambientes do livro, que as mulheres portuguesas do norte a sul do continente e ilhas são marcadas por situações e sentimentos comuns que as distinguem numa configuração identitária: trabalham infatigavelmente, desempenhando todo o tipo de trabalho, desde que daí possam extrair recursos, como forma de atenuarem a fome que as assalta e aos seus ou, então, para a prosperidade do casal; o trabalho que fazem é muito penoso e fatigante, no caso das camponesas, de sol a sol, e as outras que auferem salário, recebem-no sempre bastante menos do que o recebido pelo homem; se com maridos emigrantes, suportam com coragem as suas ausências; cuidam dos filhos, que as mais das vezes têm por instinto e tratam de tudo o que se relacione com a casa e família; a maternidade é vivida sem assistência e enlevo; possuem níveis de vida muito baixos, sofrem de um grande atraso e são ignorantes, sendo elevado o analfabetismo; entendem a vida como uma penitência que têm de cumprir. Tudo isto gera um “sentimento de impotência, impotência na mudança da sua condição e a inevitabilidade do seu destino” (SANTOS, 2016, p. 41).

De acordo com Maria Lamas, apenas o período de amor (na juventude, antes do casamento) é um período da alegria e esperança. O casamento põe fim a essa esperança, não pelo casamento propriamente dito, mas porque lhes acrescenta grande cansaço. Sentem que lhes está vedado qualquer prazer da vida, pelo que recalcam sonhos, e quaisquer manifestações de alegria e, até, felicidade. O convívio familiar é sinónimo de mal-estar, aridez, discussões, até, maus tratos. Sofrem violência “e ninguém estranha se o homem a trata com desprezo ou a espanca (...). Ela própria lhe reconhece esse direito, suportando tudo como um desígnio que pesa sobre a sua condição de mulher” (LAMAS, 2002, p. 40). Os seus atos e opiniões estão de acordo com os conceitos que lhes são transmitidos pelos pais e avós, pelas vizinhas e por todo o ambiente que as envolve. A fé religiosa, os velhos usos e superstições mantêm-se vivos, tal como a fadiga que lhes deforma o físico e a moral e contribui para o fatalismo com que encaram as suas vidas. O que, tudo articulado, resulta na sua falta de interesse pelo mundo e pelo que as rodeia, à exceção de questões muito concretas que as afetem de forma evidente. No livro prevalece o tema da camponesa, o que

se compreende, por corresponder ao retrato da sociedade da época, predominantemente agrícola.

A causa das mulheres levou Maria Lamas a denunciar a situação menozizada ou de pobreza, caracterizadora das suas vidas, sem deixar de exprimir que as mulheres, no seu coletivo, não se satisfazem nos aconchegos materiais, nas particularidades do casamento e da maternidade, como exclusiva realização da felicidade individual (IRIGARAY, 1985). É que ela (Maria Lamas) com elas (mulheres portuguesas) se identificava. Era uma delas. Em carta dirigida a Eugénio Monteiro Ferreira afirmou: “Não lhe falo em dificuldades, deceções e mesmo amarguras que tenho sofrido. Se eu conseguir que *As Mulheres do Meu País* sejam úteis às minhas irmãs, e o mesmo é dizer à Humanidade, darei tudo por bem empregado” (cit. por FERREIRA, 2004, p. 44).

O ‘elas’, o ‘nós’ mulheres, em Maria Lamas, sobrepõem-se ao ‘eu’. O pretendido fim da sua luta era o de consciencializar e intervir positivamente, no reconhecimento e na transcendência das mulheres, estando estas abandonadas socialmente, como “vítimas milenárias de erros milenários, que, apesar de tudo, continuam a ser as obreiras da vida” (LAMAS, 2002, p.6). Nesta atenção e estima, “bem pequenos foram, afinal, os incalculáveis esforços, fadigas e obstáculos vencidos, que a sua [do livro] publicação representa”. (LAMAS, 2002, p.6). Na verdade, a obra é resultado das viagens da autora às diversas regiões do País, tidas em muitos casos por impossíveis, dadas as dificuldades de acesso, transportes, longas distâncias e condições climatéricas, ao encontro de mulheres que vivem isoladas, encerradas em limites físicos e geográficos, culturais e de classe.

Na observação e comentários à vida feminina, no processo de consciencialização que subjaz à obra, implementa “a criação de uma plataforma estratégica de irmandade, um ‘nós’ eivado de reconhecimento e solidariedade perante a construção social e não o destino biológico chamado ‘mulher’” (FERREIRA, 2016, p.164). Isto é, Maria Lamas deu visibilidade às mulheres anónimas portuguesas, de norte a sul e ilhas, que vivem realidades várias e que, por reflexão, consciencializou a sua própria identificação com muitos dos problemas e sentimentos delas. Como afirmou, “já não duvidava: os meus problemas eram os problemas de todas as mulheres, embora alguns

revestissem, para cada uma, aspetos diferentes” (LAMAS, 2002, p. 5). Porque todas, só por serem mulheres, são atingidas pela opressão.

Com efeito, a autora constrói um “nós” que se opõe “a uma noção simplista de irmandade baseada na ideia de que todas as mulheres são biológica ou ‘naturalmente’ iguais e portanto se identificam entre si” (FERREIRA, 2016, p. 167). Por isso, defende a criação da “plataforma de irmandade necessária à luta anti-patriarcal que, neste caso concreto, não se pode distinguir da luta antifascista, posto que a política sobre a mulher e a família constitui uma das mais importantes bases do governo de Salazar” (FERREIRA, 2016, p. 167).

Para além do relato circunstanciado, rigoroso e preciso da situação da mulher portuguesa em meados do século XX, em contraponto à propaganda do Estado Novo, neste livro, a autora, pela escrita, transcreve a oralidade predominante na época e, assim, grava opiniões de mulheres e o saber que transportam, adquirido pelas vivências e percepções que as acompanham nas suas duras vidas; inscreve sob o seu ponto de vista, com rigor e exatidão mas, em simultâneo, com doçura, beleza e rigor tudo quanto observa e analisa; regista para a memória, a vida e pensamento das mulheres anónimas portuguesas daquela época.

Embora não declarado como intencional, o livro revela a existência de um inquérito ao trabalho e à condição feminina. A posição das mulheres como subalternizadas, inferiorizadas, dominadas, na sua maioria desprovidas de recursos económicos e todas elas desapossadas de uma dimensão simbólica que confira outros significados às suas vidas, é um ponto trabalhado com cuidado, ao mesmo tempo que nele a autora reflete um movimento no sentido da autonomia e independência pretendidas, o que se encontra evidenciado ao longo da leitura desta obra.

Neste livro são abordados de maneira entrelaçada, também na perspectiva de género, temas inerentes à condição humana: trabalho, casamento, maternidade, capacidade física, doença, morte, religião, ser ou não objeto de caridade. A dimensão ontológica expressa no livro, traz à superfície, a necessidade da irmandade de mulheres que só na aceitação da diversidade de identidades, mas em solidariedade, podem resistir à ideologia hegemónica que ameaça e oprime a mulher e a própria família. Ana Paula Ferreira

resumiu-o do seguinte modo:

Só declarando-se irmã de toda e qualquer mulher ... O que está em jogo não é identificar as mulheres como mães por motivos deterministas ou essencialistas, mas provar até que ponto as “mulheres portuguesas” são mães injustiçadas por um governo que não reconhece e quereria travar o trabalho produtivo das mesmas, incluindo ou não o papel maternal (FERREIRA, 2016, p. 175).

Com este brilhante documentário que Maria Lamas redigiu e divulgou na esperança da consciencialização das mulheres portuguesas, nos seu reconhecimento e promoção, pugnando pela melhoria das condições das suas vidas, mantém-se indissolúvelmente ligada às mulheres portuguesas “humildes ou desafogadas” (LAMAS, 2002, preâmbulo, s/p). Irmanada, assume a luta em defesa dos seus direitos e dignidade, colocando com sentido político o seu pensamento, as suas ideias em ação que, também, para si avocou. Maria Lamas pode ser considerada, pois, uma intelectual orgânica na conceção de Gramsci (1999) e tem igualmente perfeito enquadramento nesse mesmo conceito enunciado por bell hooks:

O intelectual não é apenas alguém que lida com ideias. (...) Intelectual é alguém que lida com ideias transgredindo fronteiras discursivas porque ele ou ela vê a necessidade de fazê-lo. Segundo, intelectual é alguém que lida com ideias na sua vital relação com uma cultura política mais ampla (HOOKS, 1995, p. 468).

Neste livro, Maria Lamas evidencia a rudeza de vida das “Mulheres a quem a vida pesa brutalmente [e] são todas as que suportam inconcebíveis trabalhos, rigores e angústias, seja nas aldeias, seja no turbilhão das cidades” (LAMAS, 2002, p.7). A obra resultou da observação direta que a autora fez ao longo de dois anos e da consideração justa e equilibrada do que viu e ouviu, sem abandonar a sensibilidade exigida, nem as suas próprias convicções.

A realidade era bem dura. A existência das mulheres era ignorada. Condenadas a condições de vida e de trabalho desumanas, detendo um nível de vida muito baixo, enfrentavam ainda a emigração dos homens, ficando a cuidar dos filhos e a trabalhar as terras, nos arrozais e campos de trigo, na seca do bacalhau ou transporte do sal, tanto nas fábricas como na construção de estradas ou transporte do carvão, bem como noutras ativida-

des. Trabalho pesado e duro, durante muitas horas seguidas, tantas vezes curvadas e de sol a sol, sob sol escaldante, ou percorrendo longas distâncias com carregos à cabeça. E, sempre recebendo um salário menor que o do homem para trabalho igual, (no mínimo 1/3 para menos). Mulheres que, na generalidade, são analfabetas, arreigadas a tradições, supersticiosas. Mulheres que aceitam a submissão aos maridos. Tudo nas suas vidas é aceite com resignação, numa postura de reação ao infortúnio, sempre combativas nas situações de agravamento das suas condições, já de si precárias. Em permanente luta pela sua sobrevivência e, principalmente, da dos seus. Sempre numa atitude de resistência.

Como sublinha a autora: “Nascem e crescem quase a par dos irracionais; amam, procriam, envelhecem e mirram-se no afã constante de ter milho nos espigueiros, farinha na masseira, palha para o gado, linho e lã que baste para o seu modesto arranjo” (LAMAS 2002, p. 31). Luta e resistência que acontece “desde uma infância abandonada a uma velhice quase sempre sem amparo” (idem, p. 105), já que “a vida encarrega-se de as maltratar” (ibidem, p. 126).

Ao longo de toda a obra, vários aspetos narrados no livro revelam que as mulheres são “corajosas, a quem a economia do país tanto deve, trabalhadoras para quem não há descanso, desde a infância à velhice, elas são uma força e um valor mal apreciados ainda” (LAMAS, 2002, p.325). Com efeito, Maria Lamas, ao longo do livro *As Mulheres do Meu País*, vai notando toda a luta e resistência que acompanham as mulheres ao longo das suas vidas:

A mulher (...) tem, no nosso país, uma existência de nível baixíssimo, limitada a responsabilidades, encargos e sacrifícios. Conseguir viver – eis a batalha diária. Tudo o mais não tem sentido para elas, se o pão falta. Quanto ao espírito, atrofiado e deformado pela ignorância e pelas mais absurdas crendices, mantém-se, em pleno século XX, no mesmo obscurantismo de gerações e gerações atrás (LAMAS, 2002, p. 361).

A sua dura vida põe em evidência que “o que a impele e ampara é o instinto de sobrevivência, a dedicação aos que ama, a ânsia universal de felicidade (LAMAS, p.424), concluindo no final da obra que:

A resistência física e moral, que as contingências implacáveis de uma vida incerta, cheia de deficiências e sem pontos de apoio, exige à mulher do povo e, quase sempre à classe

média, é incalculável. Perante estas contingências, a mulher desamparada, obscura, ergue-se à altura dos heróis (LAMAS, 2002, p. 469).

Todo o livro *As Mulheres do Meu País* está escrito com muita sensibilidade e de perfeição agradável, abrangendo, também, a descrição harmoniosa de espaços e paisagens, contém a inclusão de pequenos relatos de histórias e pormenores enriquecedores. Trata-se de uma descrição rigorosa de particularidades que são transmitidas na obra, numa escrita envolvida por muita ternura, num estilo simples e de grande beleza. Igualmente, não se fica indiferente à circunstância de que toda a violência sofrida pelas mulheres a autora opôs e impôs uma linguagem de amor, sem evitar a denúncia vigorosa e contundente.

Considerações finais: a atualidade do livro

Uma análise hermenêutica da obra *As Mulheres do Meu País* porá a descoberto o olhar e discurso contra-hegemónico revelado por Maria Lamas, não só pelo facto de ter sido escrito por uma mulher que deu visibilidade às mulheres e às suas duras condições de vida e ainda pelos traços repressivos e opressivos da organização e estrutura social, político e económico à época vigente, com sequelas ainda bem visíveis hoje em dia. Toda a obra, para além da denúncia, firma e funda um discurso de resistência à hegemonia do poder político e do de natureza masculina, o que se percebe no decorrer da sua leitura, expressa em linguagem terna mas assertiva.

Com a elaboração e a publicação deste livro, Maria Lamas correu vários riscos, não só devido às dificuldades na recolha de dados e informação, riscos de natureza financeira que a colocaram em perigo de sobrevivência, mas também riscos de grande perda de liberdade, visto ter enfrentado o poder instituído, sendo até sua clara opositora. Esta obra representa igualmente um ato de resistência da própria autora.

A situação de desigualdade gritante das mulheres, em pleno século XXI, embora com outras vestes, ainda está muito próxima e pouco difere da realidade evidenciada e retratada no livro. Na verdade, o permanente cansaço, dureza e sobrecarga de trabalho imperam na vida da generalidade das mulheres; a sua autonomia e independência financeira é ainda diminuta;

a desvalorização e não reconhecimento das suas ideias e trabalho é, até agora, uma constante; a não consideração da maternidade como valor eminentemente social é fator de exclusão no mundo do trabalho, onde as mais das vezes auferem salários inferiores para igual trabalho. O pensamento hegemónico de superioridade do homem sobre a mulher mantém-se, mantendo-se do mesmo modo, as condições propícias aos mais diversos tipos de violência sobre as mulheres. O que tudo interfere de forma significativa na igualdade de oportunidades e tratamento, apesar do que possa dispor a lei. E, influi negativamente na sua auto-estima.

Referências

- ALMEIDA, A. *Os Instrumentos de controlo do Estado Novo*. Lamego: Tipografia Minerva, 2016.
- ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Trad. Maria Cláudia Drummond. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- BAPTISTA, M. M. Estereotipia e representação social: uma abordagem psicossociológica. In: BARKER, A. (Ed.). *A persistência dos estereótipos*. Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 103-116, 2004.
- BEAUVOIR, S. La Féminité: un piège... In: BONAL, Gérard et al. (Ed.). *Simone de Beauvoir*. Trad. Sylvie Le Bon de Beauvoir. Paris: Seuil, p.114-117, 2001.
- _____. *O Segundo Sexo: a experiência vivida*. Trad. Sérgio Milliet, v. 1, 4. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.
- BELEZA, T. *Estado Novo, Legislação, Democratização, Mudanças Sociais: Um Campo de Investigação ainda por Explorar?*. 2013. Disponível em: <<https://www.fd.unl.pt/Anexos/7834.pdf>>. Acesso em: 03 jun. 2018.
- BENNETT, T. *Culture: A Reformer's Science*. Londres: SAGE, 1998.
- BOURDIEU, P. *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora, 1999.
- CIXOUS, H. Le sexe ou la tête?. In: Les Cahiers du GRIF, n. 13: "Elles consonnent. Femmes et Langages II", 1967, p. 5-15. Disponível em: <https://www.persee.fr/doc/grif_0770-6081_1976_num_13_1_1089>. Acesso em: 24 jun. 2018.
- DELPHY, C. Penser le genre: problèmes et résistance. In: L'ennemi principal, v. 2: "Penser le genre". Paris: Syllepse, 2001, p.243-260.
- FERREIRA, A. *Nunca a Irmandade foi tão Inventada, Logo Verdadeira: Maria Lamas e*

as “Mulheres Portuguesas”. In: CONGRESSO MARIA LAMAS, 2., 2016, Almada. *Vida e obra de Maria Lamas: atualizar o pensamento, abalar a indiferença (Atas)*. Almada: MDM (Movimento Democrático de Mulheres), 2017. p.163-178.

FERREIRA, E. *Cartas de Maria Lamas*. Porto: Campo das Letras, 2004.

FERRO, A. *Salazar: O Homem e a sua Obra*. Lisboa: Imprensa Nacional de Publicidade, 1993.

FIADEIRO, A. *Maria Lamas, Biografia*. Lisboa: Quetzal Editores, 2003.

_____. Maria Lamas: uma Mulher em Pessoa. In: PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E INSTITUTO DA BIBLIOTECA NACIONAL E DO LIVRO (Org.). *Catálogo da Exposição Maria Lamas* (catálogo 42). Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros e Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1993, p.11-23.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

GRAMSCI, A.; COUTINHO, C. N. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

HALL, S. *Cultural Studies 1983 - A Theoretical History*. Ed. SLACK, J. D.; GROSSBERG, L.). Durham and London: Duke Press, 2016.

HOOKS, B. Intelectuais negras. *Revista Estudos Feministas*, v.3, n.2, 1995, p.464-478, 1995. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

_____. Living to Love. In: PLOTT, M.; UMANSKY, L. (Ed.). *Making Sense of Women's Lives: an introduction to women's studies*. Oxford: Rowman & Littlefield, 2000, p.535-543.

_____. *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. New York: Routledge, 2015.

IRIGARAY, L. Quand nos lèvres se parlent. In: Les Cahiers du GRIF: “Parlez-vous française? Femmes et langages I”. n. 12, 1976, p. 23-28. Disponível em: . Acesso em: 15 jun. 2018.

_____. *Speculum of the Other Woman*. Trad. Gillian C. Gill. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

_____. The Three Genders. In: IRIGARAY, L. *Sexes and Genealogies*. Trad. Gillian C. Gill. New York: Columbia University Press, p.167-181, 1993.

LAMAS, M. *A Mulher no Mundo*, v. I e II. Lisboa e Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952.

_____. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

MARCOS, L. *Maria Lamas na Imprensa: Bordando a Liberdade Contra o Génio de Salazar*. In: CONGRESSO MARIA LAMAS, 2., 2016, Almada. *Vida e obra de Maria Lamas: atualizar o pensamento, abalar a indiferença (Atas)*. Almada: MDM (Movimento Democrático de Mulheres), 2017. p.89-101.

PIMENTEL, I F. *A cada um o seu lugar*, a política feminina do Estado Novo. Lisboa: Editoras Temas e Debates e Círculo de Leitores, 2011.

_____. *Mulheres Portuguesas no Século xx. Capazes*, 2015. Disponível em: <<https://www.capazes.pt/cronicas/mulheres-portuguesas-no-seculo-xx-por-irene-pimentel/view-all/>>. Acesso em 14 mai. 2018.

PORTUGAL. *Constituição da República Portuguesa de 1933*. Acesso: Disponível em: <www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP-1933-Indice.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2018.

PORTUGAL. *Diário do Governo*, 1936, “Estatutos da Obra das Mães pela Educação Nacional”, Decreto Lei 26.893 de 15 de agosto. Acesso em: 17 mai. 2018.

ROSAS, F. Salazar e o Salazarismo: *Um Caso de Longevidade Política*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1989.

SANTOS, O. Em Maria Lamas, Os Mundos Abertos da Luta Emancipadora das Mulheres. In CONGRESSO MARIA LAMAS, 2., 2016, Almada. *Vida e obra de Maria Lamas: atualizar o pensamento, abalar a indiferença (Atas)*. Almada: MDM (Movimento Democrático de Mulheres), 2017. p.37-43.

SEGAL, M. W. *Funções Militares das Mulheres numa Perspectiva Comparada: Passado, Presente e Futuro*. Nação e Defesa, Inverno 99, n. 88, 2 Série, p. 15-43, 1995. Disponível em: . Acesso em: 14 mai. 2018.

SEIXAS, M. J. As Mulheres do Meu País, surgem. In: LAMAS, M. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

SOUSA, M. L. Quando Eu Nasci. In: LAMAS, M. *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Editorial Caminho, 2002.

WITTIG, M. The Category of Sex. In: WITTIG, M. *The Straight Mind and Other Essays*. Boston: Beacon, 1992, p. 76–89.